

demasiadamente sua demanda em pedidos pequenos e recorrentes, sempre que possível e sem deixar de priorizar a política de saúde atendida.

e. A CONTRATADA entende que entregas parciais aliviam a configuração de eventuais atrasos, mas não necessariamente permitem o pagamento da parcela recebida pela CONTRATANTE e que não se inicia o prazo para pagamento até que toda a obrigação solicitada tenha sido entregue.

III. É facultado à CONTRATADA a entrega de pedidos cujo valor total da Autorização de Fornecimento, ou documento equivalente, seja inferior a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para localidades fora da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

IV. Assim que a CONTRATADA receber a autorização de fornecimento, ou documento equivalente, deverá agendar junto à CONTRATANTE a data e o turno da entrega do (s) material (ais).

a. Na hipótese de divergência entre o (s) material (ais) entregue (s) pela CONTRATADA e o que foi estabelecido neste Contrato e na autorização de fornecimento, ou documento equivalente encaminhado, a CONTRATANTE irá recusar o material e agendará nova data e turno para a entrega.

b. Na hipótese do não cumprimento da data agendada e/ou o prazo limite previsto na autorização de fornecimento, ou documento equivalente, o fornecedor poderá apresentar justificativa para o atraso na entrega, que será analisada pelo responsável pelo recebimento, podendo ser aceita ou não.

V. A entrega de material (ais) pela CONTRATADA deverá ser realizada perante o (s) responsável (eis) pelo recebimento do (s) material (ais) devidamente designado (s) para este ato, que adotará os seguintes procedimentos:

a. Provisoriamente: provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação.

b. Definitivamente: definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

VI. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos por lei ou pelo contrato.

VII. No momento do recebimento provisório dos produtos, a CONTRATANTE verificará a regularidade da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), nos termos da Resolução Conjunta SEF/SEPLAG Nº 4.385/2011, se aplicável, e dos demais documentos exigidos para o recebimento do objeto.

VIII. Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA após o prazo máximo de entrega definido no Termo de Referência e na autorização de fornecimento, ou documento equivalente, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IX. O reagendamento da entrega após o prazo máximo de entrega definido na autorização de fornecimento, ou documento equivalente, não afasta a sujeição da CONTRATADA à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

X. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Sexta – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário no banco indicado pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 (trinta)